

A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: O CONHECIMENTO DESAFIANDO ESTUDANTES E PROFESSORES¹

Sérgio Conde de Albite Silva

albite@uninet.com.br

Professor do Departamento de Estudos e Processos
Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro - UNIRIO

Este texto de Sérgio Conde de Albite Silva inaugura a seção Ponto de Vista da Arquivística.net. Trata-se do registro de uma conferência do autor para estudantes na abertura do X ENEARQ – Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia realizado em julho de 2006, na cidade de Porto Alegre – RS. Ao falar para esta platéia, em sua grande maioria formada por jovens, Sérgio traça um panorama do ensino na área e revela sua posição política onde a inquietação e a criatividade assumem papel de destaque.

Agradeço a escolha de meu nome para proferir a conferência na cerimônia de abertura do X Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia. Essa é uma escolha que reflete o reconhecimento como docente. Por isso, estou feliz em estar aqui e agora. De um lado, recebendo uma espécie de homenagem e, de outro, exercendo o papel de conferencista.

Há, nessa circunstância, algo a ser, de antemão, explicitado. Uma conferência de instalação de uma reunião acadêmica como este X ENEARQ requer um tipo diferente de abordagem e de conteúdo. Este não é nem o momento nem o ambiente para considerações de cunho estritamente científico ou técnico. Apesar desses limites não serem assim tão rígidos, uma cerimônia de abertura exige certo grau de oração retórica. As idéias que nutrem o meu fazer técnico e científico podem ser observadas e criticadas nos trabalhos que publico. Aqui e agora é o lugar para expressar elementos de um pensamento político, e a hora de assumir posições.

¹ Este texto foi apresentado originalmente como a conferência de abertura do X Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, evento que integrou o II Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Porto Alegre, em julho de 2006, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Grande do Sul.

Boaventura de Souza Santos, em “Pela mão de Alice”, lembra que Wallerstein afirmava, logo após os protestos de 1968, que “a questão não está em decidir se a universidade deve ou não deve ser politizada, mas sim decidir sobre a política preferida. E as preferências variam”.

Para isso, prefiro as expressões que vêm da razão e da lógica do que as expressões que vêm da emoção e do sentimento. Apesar de este ser um momento de celebração, eu não consigo deixar de lado o pensamento crítico e a razão, e assim, a responsabilidade.

Eu tenho dito e escrito que me compensa a idéia de que a Universidade, com todas as suas disciplinas e especialidades, é o mais importante instrumento da cultura e do conhecimento. E por isso, continuo invocando o privilégio que é pertencermos a esse grêmio. A atividade específica de nossas carreiras basta para demonstrar a sua importância.

A nós arquivista está confiada à missão precípua de compreender, amparar e desenvolver a vocação da cultura, do conhecimento, da informação e da memória pública, privada, individual ou social. Realizam, dessa forma, o mais perfeito processo de civilização, que é o de revelar a vocação de um povo através de sua tradição, de sua memória, mas, principalmente, da possibilidade de acesso à informação arquivística para a consolidação da cidadania, dos direitos e da democracia. E assim satisfazer tal vocação mediante esse fio condutor.

Escolas que tenham por finalidade a formação pura e simples do profissional são indubitavelmente necessárias e merecem todo o estímulo. Ao lado delas, porém, ou melhor, acima delas, como que lhes servindo de cúpula, cumpre manterem-se instituições cujo escopo seja o desenvolvimento contínuo do conhecimento, em seu sentido mais amplo. Esse é um aspecto arquitetural da Universidade. E cursos como o nosso, ligados à informação e a seu melhor e produtivo uso, têm a obrigação de manter viva a tradição das boas humanidades, e é deles que podem e saem os profissionais para isso.

Se as solicitações do mundo de hoje acentuam o primado das exigências econômicas, será do conhecimento que vai depender o desenvolvimento eficaz de quaisquer atividades, mesmo as mais práticas. É que estas não dispensam a ação

do elemento humano no trato da informação, cujo treinamento e preparação cabem aos profissionais formados pelas escolas de Arquivologia, entre outras.

O fazer depende sempre e cada vez mais do conhecer. Daí a importância de se colocar, como exigência primacial do soerguimento econômico do Estado, do aprimoramento e sofisticação cultural da sociedade, e da construção da democracia e da cidadania, o exaustivo estudo e a pesquisa minuciosa de nossa realidade.

Mas para refazer é necessário reaprender. Estou convencido de que é da difusão do conhecimento e do desenvolvimento da instrução que depende a própria felicidade material de um povo. No entanto, a questão não é o que mudar, mas quem tem que mudar. É bastante comum encontrarmos no outro a culpa de tudo. Com isso, deixamos de assumir a responsabilidade pelos fracassos, mas, ao mesmo tempo, afastamos a possibilidade de alterar o estado das coisas. Quem tornará os cursos de Arquivologia melhores? Quem tem chance de alçar os cursos de Arquivologia ao patamar que entendemos merecer e ser justo? Os arquitetos, os eletricitistas, os médicos, os marceneiros?

Tocqueville diz que o risco de uma educação viciosa que mescla paixões, ignorância e noções erradas seria o de tornar as pessoas incapazes de discernir por si sós a causa de suas misérias. Estas pessoas sucumbiriam sob os males que ignoram. Este é o risco de afastarmos o peso de nossas responsabilidades e tendermos ao escapismo e à autocompaixão. Os estudantes se queixam dos professores, os professores se queixam dos salários pagos pelo governo, o governo responsabiliza a sociedade e a sociedade diz que o problema são as leis. Ninguém tem culpa. Ninguém inicia o processo de recomposição, pois a autocrítica praticamente não ocorre. Afastamos o problema e, assim, afastamos a solução. Vocês acham mesmo que uma reforma nas leis irá alterar o fundamental? Este ano a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394) completa 10 anos. O que efetivamente mudou? Ou o que efetivamente mudou para os estudantes? Ou o que mudou na relação ensino-aprendizado nos cursos de Arquivologia?

Penso que o fundamental é o que ocorre dentro das salas de aula. Se não mudarmos a forma do professor ensinar e a forma de o aluno aprender muito pouco acontecerá de efetivo.

Como fazer isso? Do lado dos professores, que estes motivem seus alunos a estudar. Mas este é um aspecto que deve ser apresentado e discutido em outro fórum. Aqui estamos em um encontro de estudantes. Qual o papel que penso ter os estudantes? Principalmente, o de confrontar academicamente o professor e expor a conseqüência de seus atos em sala de aula. A melhoria do ensino passa pela qualidade dos professores, mas passa também, necessariamente, pelo grau de exigência dos alunos. Não há por que ser complacente com aulas medíocres. Mas, atenção! Há um custo para isso. É fundamental que o corpo discente tenha consciência, conhecimento e conteúdo para isso. Ou seja, não estou propondo um confronto pura e simplesmente. Isso não levaria a nada. O resultado, por ironia, seria o oposto do desejado. O que proponho é um “não” amplo e geral à estagnação, de ambos os lados, alunos e professores. Da mesma forma que um professor pode fazer uma turma de alunos mudar, uma turma de alunos pode fazer um professor mudar. Mas preparem-se: haverá uma enorme resistência à mudança, em ambos os lados.

Assim, sugiro que não empurrem o início do processo de mudança para reformas curriculares que nunca chegam ou que chegam tardiamente. Nem esperem pela contratação de novos professores. Não passem a outros a metade da responsabilidade, que é de vocês, estudantes. Somos todos intelectuais. Intelectuais por que usamos primordialmente os neurônios e não as mãos. Lapidemos nossos neurônios com o conhecimento. E com este façamos a diferença.

O que estou propondo é uma reflexão sobre até que ponto os problemas enfrentados no ensino-aprendizagem estão de fato concentrados nos currículos e no conteúdo das disciplinas ou se, de outra forma, trata-se de uma conduta social, humana e política, que envolve a todos os partícipes, mas que interessa, fundamentalmente, ao corpo discente. Os estudantes não devem nem precisam ser reféns de uma espécie de bloqueio mental que os tornem cúmplices desse entrave. O estudo, o conhecimento, não está apenas nos professores e em sala de aula. Estão nos livros, nas bibliotecas. Estão nos estudantes. Não há por que esperar apenas pelo professor. Apontar, ainda que com razão, defeitos nos outros, mas tapar os olhos para os seus, não é razoável. Compromete a autoridade moral

da crítica.

A sala de aula se tornará muito mais eficaz e dinâmica quando os estudantes dela participarem munidos de conhecimentos prévios. A identificação e a escolha, por parte dos estudantes, de um livro, de um artigo ou mesmo de um parágrafo para ser apresentado e discutido em sala de aula podem fazer a diferença. Enquanto os estudantes se omitirem em pautar os conteúdos das aulas, as escolhas permanecerão com os professores. E as aulas serão repetidas e monótonas. Perguntem aos repetentes.

Boaventura de Souza Santos diz que a universidade não poderá promover a criação de uma sociedade interpretativa se não as souber criar em seu interior, entre docentes e estudantes. Para isso, é necessário submeter as barreiras disciplinares e organizativas a uma pressão constante. É necessário reconceituar a identidade dos docentes e dos estudantes dentro da própria Universidade. Somos todos docentes de saberes diferentes. As hierarquias entre docentes e estudantes devem ser estabelecidas num contexto argumentativo. Ou seja, tanto os professores como os estudantes têm capacidade para ensinar. E a hierarquia entre ambos deve se dar principalmente pela força dos argumentos. E para que tais argumentos tenham força suficiente, é preciso forjá-los à base do conhecimento, do estudo, da aplicação às tarefas acadêmicas.

Ninguém é ignorante por opção, por que quer. A ignorância somente ocorre como resultado de um alto grau de perversidade social. Essa sim, essa perversidade é imposta e retransmitida por escolha consciente de quem a produz. Eu diria mais, essa perversidade é parte de um projeto político.

Daí a importância do conhecimento. Montaigne diz que o conhecimento deve servir para fortalecer o homem e tornar possível a realização de uma existência superior. De que vale conhecer se o conhecimento não puder tornar a nossa vida melhor?

Dizem que “saber é poder”. Realmente, saber é uma forma de domínio. Mas Schopenhauer, chamado por Nietzsche de “o educador”, ensina que há uma diferença fundamental entre os que procuram conhecer o mundo e as coisas para seu próprio enriquecimento existencial, e os que procuram obter vantagens e privilégios à custa de um conhecimento que muitas vezes nem possuem. Para os

primeiros, o conhecimento é a possibilidade de viver melhor. Para os outros é uma forma medíocre de ostentação. Schopenhauer insiste de que nada adiantam as riquezas e honrarias deste mundo se estamos moribundos. A felicidade depende exclusivamente do que somos e não do que temos ou do que representamos para os outros. Aqueles que buscam a felicidade fora de si mesmos, apenas na posse de bens ou no reconhecimento alheio, ficam dependentes dos caprichos da sorte ou da opinião. Ficam ocupados demais com coisas supérfluas e descuidam do que é mais importante: o seu próprio eu.

Assim, o conhecimento e o pensamento crítico são ferramentas essenciais. E o conhecimento é algo que ninguém, nem nada, sob nenhuma circunstância, consegue tirar de nós. Quem possui conhecimento, mesmo nos piores momentos, tem maiores possibilidades de manter o autocontrole. Ainda que vocês presenciem e eventualmente sofram alguma injustiça e falta de consideração, mantenham a cabeça erguida e firme e não se entreguem a acessos de autopiedade. Pelo contrário, devem aproveitar para dizer não!! Nós seremos verdadeiramente fortes quando pudermos ser boa companhia para nós mesmos, senhores de nós mesmos e de nossa existência.

O conhecimento não se compra ou se vende. Produz-se e se troca.

Sinto-me, ao mesmo tempo obrigado e à vontade, de dizer que vivemos uma hora propícia. Podemos realizar uma tarefa primordial. Na universidade, vocês passam a integrar uma espécie de “elite intelectual”. A gratuidade do ensino que se ministra em todos os cursos de Arquivologia no Brasil deveria assinalar seu sentido democrático. No entanto, é um privilégio. E esse privilégio, em um país tão pobre e carente de educação como o nosso, não pode ser relevado. Não será o nascimento nem a fortuna que agirão como fatores de produção de tal elite. Acessível a uns poucos, a frequência dos diversos cursos universitários, distinguir-se-ão aqueles que maiores aptidões revelarem. E somente assim vocês caminharão para a formação de uma aristocracia do trabalho e do conhecimento que deve substituir à do sangue e à do dinheiro.

Hoje, vocês são essa elite. Elite não significa apenas os materialmente mais abonados de uma sociedade, mas, sobretudo, os intelectualmente mais capazes, politicamente mais responsáveis e socialmente mais representativos. Penso ser da

omissão que resulta a maioria das misérias sociais. Os estudantes não precisam usar do mesmo diapasão que os professores para afinar o conteúdo das aulas. Se a busca e promoção do conhecimento são a essência da Universidade e da construção da cidadania, isso não significa que somos todos iguais. O desvio de conduta daqueles professores que usam e abusam de títulos obtidos, às vezes nem se sabe como, para faltarem às aulas, para não atualizarem programas e bibliografias, é um dos danos mais perversos para a sociedade, simplesmente por que atinge muita gente de uma vez só e de uma maneira difusa. Definitivamente, os estudantes não podem continuar sendo muito mais cúmplices do que vítimas de aulas medíocres. Confundir os papéis, embaralhar a natureza do problema e diluir as responsabilidades, socializando o prejuízo entre todos, é repetir uma nefasta tradição de péssimos costumes.

Até não seria preciso lembrar a gravidade do papel que vocês, estudantes, deverão desempenhar no aprimoramento social, mas me parece importante fazê-lo. Quando vocês se dispuseram a seguir até o fim o curso de Arquivologia, já manifestaram um traço de distinção singular: o da fidelidade a uma vocação. E é preciso muita força para atender a esse apelo.

O arquivista é um profissional polivalente. Ele precisa ter um conhecimento ao mesmo tempo amplo e específico. Deve estar sempre atualizado com a sua área de conhecimento e com os fatos do dia a dia. Deve conhecer e usar os recursos tecnológicos disponíveis, mas, principalmente, deve estudar sempre. E pensar.

Manter constante a crítica, para que se possa examinar bem possíveis posições conflitantes, para que se possa avaliar o significado de cada uma delas e os interesses que representam, bem como as conseqüências decorrentes, pois assim estaremos construindo um país melhor, mais ético, mais democrático, é fundamental. Manter constante a crítica é fundamental.

Para elevar sempre mais o nome e o prestígio de nossa profissão e assim vermos, cada vez mais dignificada, a classe de arquivistas, conclamo a todos vocês a lutar continuamente para que prospere o clima de liberdade e de conscientização que ora vivemos, pois ele é o único propício ao desenvolvimento social e à vida. A consciência é a função mais complexa do pensar. A capacidade

de pensar é algo com que todos nascem, mas poucos a exercitam. Ao consolidar a consciência, garantimos a liberdade e a autonomia.

A Arquivologia não é uma realidade dada. A Arquivologia é uma construção social, produto de pensamentos. É uma construção profissional, técnica, científica, prática e teórica, da qual todos somos atores. E essa construção se dá pela construção do conhecimento próprio da área. O próprio conceito do que seja a Arquivologia é uma construção. É uma construção política e intencional. Não é algo natural. Não é fruto de uma árvore, esperando ser colhido. É fruto de escolhas e decisões. E isso é construído a partir de uma realidade exterior aos arquivos, pois ocorre no interior do cérebro das pessoas. A Arquivologia será aquilo que os arquivistas decidirem. Isso significa que apenas acompanhar as práticas dos arquivos não é suficiente. Para ensinar e aprender é preciso haver o que ensinar e o que aprender. Alguém terá de construir isso.

A opção do método para essa construção tem de ser diferente do que normalmente é utilizado. Alterar simplesmente uma prática é diferente de modificar valores estabelecidos. Este é um trabalho muito mais profundo. Precisaremos muito mais do conhecimento, da inteligência e da atuação política do que da alteração das normas e das reformas curriculares. E os estudantes são um ponto fundamental para essa mudança de mentalidade. São os estudantes que poderão demonstrar que mudar será conveniente a todos, e não apenas algo necessário. Uma proposta de recuperação de valores pode parecer uma idéia vaga para quem prefere respostas urgentes. Mas o fato é que de alguma forma temos de começar.

Parafraseando Paul Johnson, não há razões científicas ou morais para frear a criatividade. É com a criatividade baseada no conhecimento que poderemos superar os adversários e garantir algum progresso. Para isso é fundamental entender por que a liberdade é tão importante. Qualquer restrição à liberdade limita o número de experiências e reduz a possibilidade de progredir. Escolher o próprio caminho não é apenas uma questão de satisfação pessoal ou coletiva, mas uma estratégia útil e objetiva.

E neste momento temos todos nós, estudantes, professores e cursos de Arquivologia do Brasil, um desafio específico a enfrentar. Como todos sabem há

um projeto em fase de conclusão que altera a vinculação e a hierarquia na classificação de área e subáreas do conhecimento na tabela da CAPES/CNPq. Nos últimos anos a Arquivologia tem sido classificada nessa tabela como uma subárea da Ciência da Informação. Este ano a Arquivologia foi alçada à condição de área de conhecimento. Isto significa que, para a CAPES/CNPq, a Arquivologia deixa de ser uma subárea do conhecimento e passa a ser uma área do conhecimento. Em termos arquivísticos, deixa de ser uma subclasse e passa a ser uma classe. Deixa de ser subordinada à Ciência da Informação e passa a ocupar o mesmo nível de classificação.

Mas atenção, antes das comemorações, parece-me importante considerar as implicações dessa nova circunstância. Da mesma forma que essa situação foi evidentemente uma construção e resultado do desenvolvimento da Arquivologia brasileira nos últimos anos, é, principalmente, um compromisso científico assumido. Quero dizer, essa classificação não é definitiva e perene. A manutenção da Arquivologia nessa condição exige e exigirá de todos nós produção acadêmica em maior quantidade e de melhor qualidade. Mesmo por que já são fortes as reações políticas daqueles que entendem ter sido prejudicados.

Mais uma vez, a complacência pode ser destruidora, pois abre espaço para interesses específicos. Corre-se o risco de aceitar-se uma dinâmica perversa, pois ao partilhar daquele tal pacto da mediocridade, não haverá incentivos para renovar, para investir, para melhorar. E o problema continuará sendo empurrado para frente.

Certamente que já vivenciamos conquistas importantes, mas ainda há complacência demais. Nem sempre aquilo que nos serve agora é suficiente para o futuro. A condição de estudante é a mais nítida aposta no futuro. Não basta alcançar o mínimo para prosseguir na empreitada que é a formação profissional. Ou seja, alcançar os pontos e as notas necessárias exigidas pelos regulamentos e condições didático-pedagógicas do curso e da Universidade não é suficiente para garantir a atuação profissional respeitável e compensatória, inclusive, financeiramente. Novamente é Boaventura de Souza Santos que diz que “O verdadeiro mercado para o saber universitário reside sempre no futuro”.

A complacência pode também abrir espaço para ilusões. O debate sobre a reforma curricular, se mal conduzido, pode ser um exemplo. Como implementar todas as mudanças inicialmente sonhadas nas reformas curriculares, que têm se tornado quase rotineiras de tão freqüentes, apenas com mais do mesmo? Reconheço que há vários resultados positivos obtidos nos últimos anos em conseqüência de mais e melhores qualificações de docentes, mas não há garantias de que essa condição permanecerá nos próximos anos. Os alunos passam e os professores ficam. Os alunos tendem à dinâmica e os professores tendem à estática. Tendem! Não estou afirmando que seja sempre assim. Mas quem não conhece o clichê do professor que depende de suas fichinhas sebatas? Ora, para que o professor irá mudar, se são os alunos que mudam a cada semestre? Menos os repetentes, é claro. E estes, os repetentes, são preciosas fonte de informação e testemunhas do que afirmo.

É preciso olhar tanto para as necessidades atuais quanto para os esforços requeridos para alcançar as metas futuras. Este é outro perigo da complacência, ou seja, aceitar reproduzir aquilo que vem aparentemente dando certo.

É neste exato período de vida de vocês, de estudantes universitários de Arquivologia, que vocês tem uma das mais nítidas chances de, ao se formarem, tornarem-se pessoas qualificadas para dar conta de sua própria vida, da vida em sociedade, da vida do país. Sem uma formação de qualidade os outros problemas não serão resolvidos. Isso ganha ainda maior impacto e relevância, pois estamos falando de uma área do conhecimento reconhecidamente estratégica nos dias atuais. Precisamos pensar estrategicamente também a nossa formação. Quero dizer que é necessário pensar a relação ensino-aprendizagem também como uma demanda legítima, aos moldes das cada vez mais crescentes demandas do consumidor em relação às qualidades dos produtos adquiridos e em relação aos seus direitos no Brasil. Por que os estudantes devem se contentar com menos, justamente na fase em que são preparados profissionalmente para encarar os desafios de muitos anos futuros?

Mais uma vez enfatizo que para isso surtir efeito é condição *sine qua non* que aquele que reivindica esteja preparado não apenas para reivindicar mas para aproveitar os resultados das reivindicações. Isso significa estudar, ler, acompanhar

o que está sendo produzido, técnica e cientificamente na área, discutir, e expor-se intelectualmente.

Paulo Freire dizia que o ser humano é necessariamente um ser que procura. Não importa que a maioria esteja sem procurar. Esta não é a natureza do ser humano. A esperança não floresce na apatia. Cabe aos que compreendem a razão de ser da apatia a briga pela esperança. A esperança é ontológica. A esperança não é uma doação. Se não houver esperança, não há por que se continuar o histórico. No momento em que se perde a esperança, cai-se no imobilismo.

Para concluir, cito literalmente Paulo Freire.

“Eu sou esperançoso porque não posso deixar de ser esperançoso como ser humano. Esse ser que é finito e que se sabe finito, e porque é inacabado sabendo que é inacabado, necessariamente é um ser que procura. Não importa que a maioria esteja sem procurar. Estar sem procurar é o resultado, é o imobilismo imposto pelas circunstâncias em que não podemos procurar. Mas não é a natureza do ser. É por isso que quando as grandes massas sofridas estão, como eu chamo em *Pedagogia do Oprimido*, mais imersas do que emersas na realidade social, política e econômica, estão sendo proibidas de ser. Por isso é que elas ficam apáticas. A esperança não floresce na apatia. Cabe ao pedagogo, ao filósofo, ao político, aos que estão compreendendo a razão de ser da apatia das massas - e às vezes da apatia de si mesmos - a briga pela esperança. Eu não posso desistir da esperança porque eu sei, primeiro, que ela é ontológica. Eu sei que não posso continuar sendo humano se eu faço desaparecer de mim a esperança e a briga por ela. A esperança não é uma doação. Ela faz parte de mim como o ar que respiro. Se não houver ar, eu morro. Se não houver esperança, não tem por que continuar o histórico.”

Em síntese, meus caros estudantes de Arquivologia reunidos neste X ENEARQ, em razão dessa procura e dessa esperança, e correndo o risco de ser prescritivo, sugiro que vocês não entreguem a outros, nem a possibilidade da escolha e nem a subsequente responsabilidade de fazer de nossa área de conhecimento um instrumento sólido para a construção da cidadania, para o desenvolvimento da sociedade e por uma melhor qualidade de vida.

Essa é a minha esperança!

Muito obrigado.

Porto Alegre, 23 de julho de 2006.